

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 484.228 - SP (2018/0334577-9)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**REQUERENTE** : GISELE DOS REIS MARCELINO E OUTROS  
**ADVOGADO** : GISELE DOS REIS MARCELINO E OUTRO(S) - SP365742  
**REQUERIDO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : EVERTON FERNANDO ALVES DA SILVA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de Pedido de Reconsideração da decisão que indeferiu o pedido liminar pleiteado em favor de EVERTON FERNANDO ALVES DA SILVA – preso preventivamente pela suposta prática do delito de furto qualificado e associação criminosa.

Em sua petição, a defesa alega não haver motivos para a prisão preventiva do paciente, considerando, principalmente, que não se trata da prática de delito grave, o qual não teve sequer a participação do paciente.

Nesse sentido, argumenta que *o paciente nunca praticou qualquer crime, e em que pese a decisão do Nobre Magistrado, não há sinal de que o paciente irá tentar furtar-se à aplicação da lei penal ou atrapalhar a investigação, bem como o crime do qual é suspeito não causou clamor público, mesmo porque a gravidade é mediana* (e-STJ fl. 857).

Ainda, aponta que os requisitos necessários para a manutenção da prisão preventiva não foram satisfatoriamente demonstrados.

Diante disso, requer a reconsideração da decisão liminar de *habeas corpus*, com a expedição do alvará de soltura em favor do paciente.

É o relatório. **Decido.**

De fato, tal como consignado na decisão anterior, a liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Contudo, no caso, diante de uma nova análise, mais detida,

reputam-se configurados indícios de ilegalidade, aptos a desafiar controle antecipado por este Superior Tribunal.

A privação antecipada da liberdade do cidadão investigado por suposta prática de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Ao fazer uma análise do inteiro teor da decisão singular (e-STJ fls. 51/53), bem como do acórdão do Tribunal de origem que a manteve (e-STJ fls. 837/842), constata-se a ausência de elementos concretos idôneos a embasar o *periculum libertatis*, mormente porque se trata de paciente primário, cuja suposta conduta delitiva depende estritamente da relação de empregado com a empresa vítima, razão pela qual o simples afastamento do paciente, bem como a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, já são aptas a garantir a ordem pública e a instrução criminal.

Além disso, o caso se refere a delito de baixo teor ofensivo, que não envolve violência, nem mesmo grave ameaça.

Confira-se, por oportuno, as decisões impugnadas (e-STJ fls. 52/53 e 841/842):

**Homologação da prisão em flagrante / Conversão em preventiva**

*Três são os crimes imputados aos réus, sendo dois furtos qualificados e associação criminosa. A pena máxima imputada a tais crimes supera 04 anos. Em que pese a primariedade dos acusados, trata-se de crime de rebuscada sofisticação que acomete a sociedade local, tornando-se rotineira, visto que diversas são as investigações que aclareiam a prática delitiva nessa região.*

*A ordem pública se encontra abalada pela reiterada prática de tais crimes e nota-se que, ao menos, dois são imputados aos réus, sendo que a investigação persiste para localização de*

*eventuais receptadores ou elucidação de outros delitos.*

**Acórdão do Tribunal de origem**

*Ao que consta, EVERTON, Bruno Marinho de Lira, José Pires da Silva Filho, Dênis Gussonato Sassi e Leonardo da Silva de Torres subtraíram 51.000 quilos de polipropileno da empresa Supricel Logística LTDA, onde trabalhavam.*

*Assim, a medida excepcional se justifica, não só para a garantia da ordem pública, em face da natureza e da gravidade dos crimes atribuídos ao paciente, mas para assegurar a aplicação da Lei penal. O conceito de ordem pública abrange, aliás, a própria credibilidade da Justiça Criminal, e a estabilidade do Estado de Direito e da Democracia. Portanto, é dever do Judiciário garantir a ordem pública, vale dizer, a segurança social, embora isto, às vezes, possa implicar até mesmo na tomada de medidas extremas, como a restrição da liberdade de alguém, desde que essa pessoa não se mostre em condições de participar da vida em sociedade, como é o caso de EVERTON.*

No mais, não obstante o modo de agir do indiciado, entendo que a ordem pública pode ser resguardada por meio da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, as quais também têm a finalidade de evitar práticas delitivas, nos termos do art. 282, I, do CPP:

*Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a:*

*I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais*

Assim, avaliando as circunstâncias do fato concreto, para garantir a ordem pública, mister substituir a prisão preventiva por medidas cautelares inculpidas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, reconsidero a decisão anterior e **defiro o pedido liminar** para determinar que o paciente aguarde em liberdade o julgamento final do presente *habeas corpus*, sob a imposição das medidas cautelares diversas da prisão previstas no artigo 319 do Código de Processo

Penal, a serem estabelecidas pelo Juízo de primeiro grau.

**Comunique-se**, com urgência, registrando ao Juízo processante que a imposição de outras medidas cautelares não poderá representar a manutenção do paciente no cárcere.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após o recebimento das informações, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator